

SEGREGAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: a perspectiva da análise espacial em São João Nepomuceno / MG

SEGREGATION, PRECARIZATION AND CHANGES IN LABOR WORLD: the perspective of spatial analysis in São João Nepomuceno / MG

Mauricio Velasco¹
Raquel Gonçalves²

Resumo

O presente artigo tem como principal objetivo explorar os fenômenos de reestruturação do mundo do trabalho a partir dos processos de segregação espacial no meio urbano. Este estudo é possível por meio de análise de caso de São João Nepomuceno, uma pequena cidade industrial de Minas Gerais, de economia baseada nas atividades têxtil e de vestuário. A partir deste contexto pretende-se expor a importância da compreensão do fenômeno do conflito e da segregação sob a ótica das relações de trabalho, procurando demonstrar, desta forma, o processo como algo estrutural do sistema capitalista e das relações modernas de trabalho. A pesquisa visa demonstrar também que estes fenômenos se manifestam, não somente em grandes tecidos urbanos, como também em cidades de pequeno porte.

Palavras-chave: Segregação. Precarização. São João Nepomuceno.

Abstract

This article has as main purpose to explore the restructuring phenomena in labor world since the spatial segregation process at the urban environment. This study is possible through the analysis of São João

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013). Trabalhou como voluntário e bolsista no projeto Arquitetura e Modernismo nas cidades de Juiz de Fora e Cataguases de 2009 a 2010 e foi bolsista no Núcleo de Atendimento Social da Faculdade de Engenharia da UFJF de 2011 a 2013. Possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (2020). Ingressou, em 2021, no doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ (2005). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Professora do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

Nepomuceno, an example of small industrial town in Minas Gerais, whose economy is based in textile and clothing production activities. By such context, it is intended to expose the comprehension importance of the segregation and conflict phenomena under the labor relations perspective, searching to demonstrate this process as something structural in the capitalist system as well as the modern labor relations. The research intends also to demonstrate that these phenomena are present, not only in large urban cases, but also in smaller cities.

Keywords: Segregation. Precarization. São João Nepomuceno.

INTRODUÇÃO

O tema central abordado por esta pesquisa está relacionado às formas de segregação em cidades de pequeno porte no contexto específico da periferia do capitalismo. Pretende-se com esta pesquisa expor a importância da compreensão do fenômeno do conflito e da segregação sob a ótica das relações de trabalho, procurando demonstrar, desta forma, o processo como algo estrutural do sistema capitalista e das relações modernas de trabalho de modo geral. A pesquisa visa demonstrar também que estes fenômenos se manifestam, não somente em grandes tecidos urbanos, como também em cidades de pequeno porte.

O método de abordagem a ser utilizado foi o dedutivo, partindo de teorias e referências de estudo já consolidadas para analisar os fenômenos particulares do contexto em questão. Foram empregados, para procedimento, concomitantemente, os métodos: histórico (analisando a evolução do tecido urbano e da distribuição dos grupos sociais ao longo das décadas até o presente), comparativo (entre morfologias urbanas dos casos já estudados por Flávio Villaça (1998) em relação ao estudo de caso em questão) e de estudo de caso, ao verificar a presença, no município escolhido para a pesquisa, dos fenômenos já comprovados e característicos das cidades da periferia. Em relação às técnicas de pesquisa, foi utilizada a técnica de coleta de dados indireta, pesquisa documental e bibliográfica, e também técnica direta de coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 1995), a partir da observação de fenômenos e do cotidiano urbano em pontos da cidade, bem como a análise de mapas e fotos aéreas, que auxiliam significativamente no entendimento do perfil das dinâmicas urbanas ao longo do tempo (diferenciar a cidade formal e a informal, identificar as direções de crescimento da área urbana, impactos, vetores de expansão, e outros). A coleta de dados pela técnica direta também foi feita pela forma de entrevistas a membros da comunidade são-joanense, que se disponibilizaram a contribuir, a partir da experiência de cada um, com esta pesquisa.

A pesquisa está dividida em três partes. A primeira traz uma exposição sobre as teorias de segregação urbana, da Escola de Chicago aos marxistas. Em seguida, insere-se o histórico são-joanense com foco nas etapas vividas pela cidade ao longo das décadas, desde o café até a indústria do vestuário. A terceira parte apresenta a noção do processo de precarização do trabalho no ramo da produção de roupas e a abordagem de tal fenômeno no caso específico de São João, desta vez sob o ponto de vista das contradições geradas no espaço urbano. Nas considerações finais, faz-se uma abordagem da relação entre o fenômeno de precarização e a inserção na periferia no capitalismo.

TEORIAS DE SEGREGAÇÃO

Para iniciar uma reflexão teórica sobre segregação urbana, abordar as contribuições da Escola de Chicago neste campo torna-se tarefa essencial. Trata-se de um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica que tem início na última década do século XIX e experimenta seu auge entre 1915 e 1940, tendo como grande característica a pesquisa empírica, num contexto social que concentrava o foco na assimilação dos imigrantes pela sociedade americana (COULON, 1995). Desde sua primeira geração, a partir de 1890, já ficava consolidado entre seus estudiosos a importância do habitat para as relações sociais. De uma orientação cristã em seu começo, passou a uma maior autonomia, marcada por uma sociologia mais científica após 1900 e a uma proeminência no cenário americano a partir de 1915, com William Thomas, Robert Ezra Park e Ernest Burgess, da segunda geração. Para explicar os padrões espaciais, a Escola de Chicago “se concentrou em fatores behavioristas ou sociobiogênicos” (GOTTDIENER, 1985, p.37), pelo menos até a década de 1940.

O estudo da diferenciação entre regiões de habitação no espaço urbano foi feito por Burgess, em 1925, e confirmado em um estudo sobre criminalidade e delinquência juvenil feito por Shaw e McKay em 1942. A Burgess “ficou a tarefa de pintar o quadro da teoria do espaço defendida pela Escola de Chicago” (GOTTDIENER, 1985, p.40). Os bairros mais próximos dos centros comerciais e industriais concentravam a população de mais baixa renda e tinham as mais altas taxas de criminalidade. Ao contrário, os bairros da periferia da cidade, mais ricos, tinham taxas de delinquência muito baixas (COULON, 1995, p.74). Essa configuração tem base nas grandes cidades americanas, que já passavam, no início do século XX, a uma fase industrial do capitalismo, onde a elite motorizada passava às periferias, em aprazíveis subúrbios (CORRÊA, 1986, p.68).

Gottdiener também associa a dinâmica explicada por Burgess à capacidade relativa dos habitantes de suportar os custos de transportes, e à especulação da terra:

Burgess acreditava que as propriedades pouco desenvolvidas de tais agentes em torno do distrito comercial central, junto com o fato desfavorável de as estruturas residenciais estarem próximas das empresas industriais, criaram um *slum* negligenciado, adjacente ao centro, que ele chamou de zona de transição. Casas em ruínas, divididas em cômodos por proprietários especuladores, à espera de uma reurbanização e posterior expansão do distrito comercial central, atraíram os elementos “mais surrados” da população [...] Isso serviu para induzir ainda mais os elementos prósperos da população a abandonar o distrito comercial central e, no final, deu má fama à cidade (GOTTDIENER, 1985, p.41).

Figura 1 – Os círculos concêntricos de Burgess



Fonte: Elaboração própria.

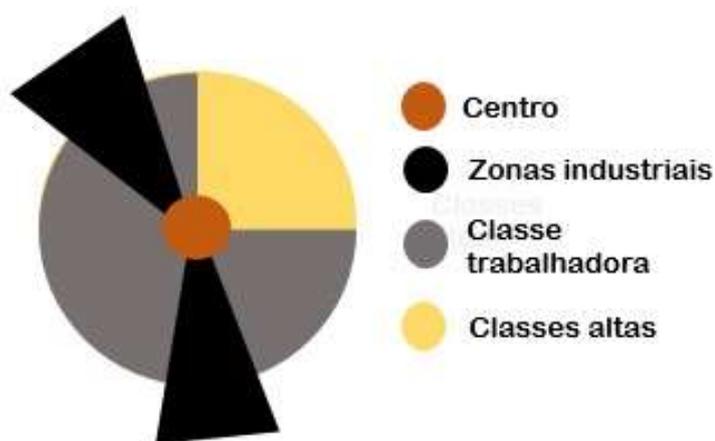
Gottdiener (1985) chama atenção para o fato de que o modelo de Burgess, que consubstanciava espacialmente as ideias da Escola de Chicago, evidenciava a competição entre grupos sociais e forças econômicas, mas a partir deste momento começavam as limitações da ecologia humana. Em primeiro lugar, o modelo de Burgess se aplicava a condições socioeconômicas muito específicas, características das cidades norte-americanas e “quando estas condições mudam qualitativamente, a pretensão de universalidade de seu modelo cai por si só” (CASTELLS, 1983, p.183). Em segundo lugar, apesar de levar em conta a ideia de grupo, presente desde as áreas naturais até as unidades ecológicas, a orientação da Escola de Chicago se guiava pela ideia da adaptação, e não se levava em conta as dinâmicas desses grupos e suas localizações no espaço a partir de classe ou status, como se testemunha nas desigualdades econômicas, nem a questão dos elementos culturais, como o racismo. Há também a falta da questão do Estado e sua intervenção para a correção das assimetrias, o que é fruto, em parte, do determinismo tecnológico

dos ecologistas e outros do pensamento “convencional” (GOTTDIENER, 1985). Por convencional entende-se, segundo Gottdiener (1985), todo o pensamento em relação à teoria urbana anterior às críticas marxistas no final da década de 1960.

Homer Hoyt, economista americano, faz, no final da década de 1930, uma revisão do estudo da distribuição das classes no espaço feito até então. Afastou-se da ecologia humana dos intelectuais de Chicago para aplicar à sua análise uma abordagem mais voltada à economia e ao mercado imobiliário. Explicou o movimento residencial das elites segundo um eixo partindo do centro, o que configurava um círculo esquemático dividido em secções com ângulo no ponto central, caracterizadas pela má distribuição das vias de transporte e a dificuldade das elites em se expandir lateralmente (VILLAÇA, 1998, p.199). Castells descreve o esquema, destacando a tentativa de Hoyt de tornar seu modelo flexível a condições históricas particulares de cada contexto, bem como os limites de seu objetivo de se desvencilhar da ecologia:

Assim, as distinções setoriais propostas por Hoyt tentam adaptar o modelo às situações nas quais encontramos uma rigidez social devida à história particular de zona. Uma ou outra camada, implantada num setor, coloniza o conjunto de um certo raio, de dentro para fora, sem se transformar em bloco numa nova coroa. Mas o movimento ecológico e sua determinação funcional permanecem os mesmos (CASTELLS, 1983, p.184).

Figura 2 – As seções de círculo de Hoyt



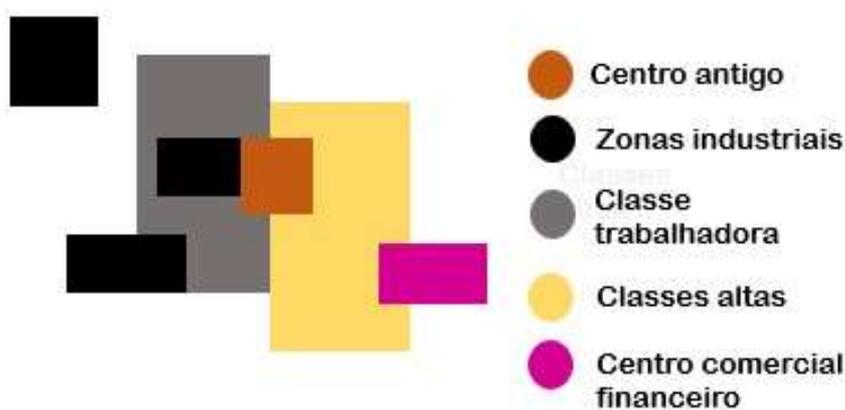
Fonte: Elaboração própria.

No fim da Segunda Guerra Mundial, Harris e Ullman adicionam, a partir de um novo modelo, um novo fator que ainda não havia sido alterado nos esquemas convencionais: a cidade não crescia somente a partir de um único núcleo urbano. O pós-guerra inaugurava uma nova

rodada no capitalismo que descentralizava as funções no espaço, favorecendo uma configuração polinuclear, com novos centros comerciais e de negócios nos arredores dos setores das classes altas e médias. Essa configuração torna-se, de fato, mais adequada à realidade das grandes metrópoles.

[...] a teoria dos núcleos múltiplos, que tenta combinar o desenvolvimento por coroas e divisão funcional da cidade, considerando o desdobramento espacial de cada função como uma série de processos separados, prolonga um pouco as proposições iniciais da Escola de Chicago na análise das novas regiões metropolitanas, cuja complexidade ultrapassa o quadro sumário do modelo de Burgess (CASTELLS, 1983, p.184).

Figura 3 – Múltiplos núcleos de Harris & Ullman



Fonte: Elaboração própria.

Corrêa chama a atenção para o fato de que a segregação é um processo que caracteriza a cidade, e não apenas a cidade capitalista (CORRÊA, 1986, p.61), apesar de que este modo de produção dinamiza a segregação, deslocando as classes no espaço, em contraponto com a estrutura imobilizada da segregação em ambientes urbanos arcaicos (CORRÊA, 1986, p.69).

A ruptura definitiva com o pensamento convencional, que se manteve fiel a alguns pontos da Escola de Chicago, foi possibilitada por uma série de eventos na década de 1960, que atingem os dois principais bastiões do capitalismo central, Estados Unidos e França, o que torna propícia a entrada dos marxistas no debate da análise urbana. Uma série de rebeliões nos guetos americanos, entre elas Watts, em 1967, e as greves francesas em maio de 1968, além de abalar as sólidas estruturas do ciclo virtuoso do capitalismo no pós-guerra, foram a porta de entrada para aquilo que faltava na análise urbana feita pelos convencionais até então: “o papel das frações de classe no

espaço, a relação entre desenvolvimento espacial e controle social, o conflito de classes tal como se distribui no espaço e a relação entre o Estado e o espaço” (GOTTDIENER, 1985, p.76).

Dentre os marxistas que passaram a levar em conta a questão espacial, sobretudo após 1968, Manuel Castells foi talvez o que mais contribuiu para o desapego definitivo em relação às ideias convencionais. Sua crítica, contida na obra *A Questão Urbana*, tinha como objetivo primordial “ultrapassar a descrição dos mecanismos de interação entre as implantações e as atividades, para descobrir as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais” (CASTELLS, 1983, p.191), compreendendo o espaço enquanto expressão da estrutura social. A partir desta lógica, o espaço, assim como a estrutura social, é modelado por um conjunto de três elementos: econômico, político e ideológico. A aplicação desta tríade é feita de forma similar à que Althusser propôs para o sistema social como um todo, mas desta vez a um sistema homólogo, aplicado à realidade concreta, o urbano (GOTTDIENER, 1985, p.121).

Para se chegar à abordagem da segregação em Castells, dentre esses três elementos modeladores, é preciso explorar o econômico em especial. O elemento econômico é traduzido pela interação entre força de trabalho, meios de produção e não trabalho, e a expressão espacial desta interação é compreendida a partir de quatro elementos: produção, consumo, troca e gestão. A produção é a expressão espacial dos meios de produção e o consumo, expressão espacial das forças de trabalho, é constituído de seu principal componente, a moradia, e a consequência mais evidente de sua manifestação no espaço é a segregação. Num primeiro momento, Castells fez uma definição puramente espacial do conceito de segregação:

[...]entenderemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983, p.250).

O divórcio definitivo com as ideias convencionais se revela quando Castells relaciona a distribuição das moradias no espaço como um reflexo da distribuição dos produtos e da articulação da luta de classes, o que traz ao debate o ingrediente de determinações sociais na modelagem do espaço.

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, em nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc. Falaremos, por conseguinte, de uma estratificação urbana, correspondendo ao sistema de estratificação social e, nos casos em que a distância

social tem uma expressão espacial forte, de segregação urbana [...] existe um reforço da segregação, um transbordamento de seus limites tendenciais ou modificação dos fatores de ocupação do solo, segundo a articulação da luta de classes no local de residência, por exemplo através da utilização simbólica de uma zona urbana, ou o reforço da comunidade de grupo pelas fronteiras ecológicas (CASTELLS, 1983, p.249-250).

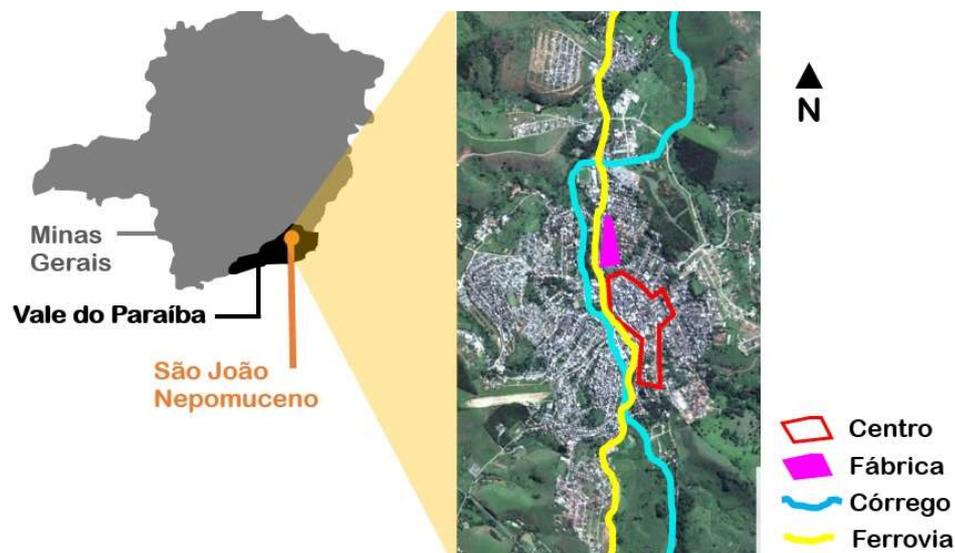
É importante expor a análise da segregação na interação do elemento consumo, ou reprodução da força de trabalho, com o elemento produção, sendo esta interação a tradução do elemento troca, que está relacionado ao transporte, circulação, fluxo e mobilidade.

Em nível econômico, ela (a estrutura do espaço residencial) obedece à distribuição do produto entre os indivíduos e à distribuição específica deste produto que é a moradia. Este fator está na base do conjunto do processo. Sempre em nível econômico, a implantação dos locais de produção só exerce influência indireta, quer dizer através de situação na rede de transportes. Isto obriga a considerar a segregação de forma bem mais dinâmica, não só simplesmente como uma diferença de locais, mas como uma capacidade de deslocamento e de acesso em relação a pontos estratégicos da rede urbana (CASTELLS, 1983, p. 262).

HISTÓRICO ECONÔMICO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

São João Nepomuceno é uma cidade da Zona da Mata mineira. Sua fundação data de 1815, sendo suas primeiras ocupações realizadas por pioneiros vindos do Rio de Janeiro e de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete). A partir desse ano começa a surgir, por meio da doação de alqueires de um dos pioneiros para o patrimônio, o pequeno arraial no alto de um morro e em volta de uma capela, que é hoje a atual igreja matriz. Porém, ao longo do século XIX, o município é incorporado seguidas vezes por seus vizinhos, sobretudo Rio Novo, até sua emancipação definitiva no fim desse mesmo século. Possuía, nesse período, assim como toda a região do Vale do Paraíba, uma economia cafeeira de base escravocrata e essencialmente rural até a primeira expansão de seu organismo urbano a partir de 1895.

Figura 4 – Localização do município em Minas Gerais e vista aérea



Fonte: Elaboração própria.

A emancipação definitiva no ano de 1880 tem como linha auxiliar a metamorfose social ocorrida com a chegada da linha férrea e do telégrafo à cidade nessa mesma década, integrando o território aos sistemas modernos de comunicação. Assim, com o escoamento de mercadorias, a cidade se tornou destino de diversos tipos de serviços, e, principalmente, de parte do fluxo de imigrantes estrangeiros que recebia o Brasil nesse período. A integração com os grandes centros propiciou a instalação de indústria têxtil, que ocorreu com a inauguração da Companhia Fiação e Tecelagem Sarmiento (CFTS), se tornando a base de sua economia e concentradora de boa parte de sua força de trabalho. A abrangência das atividades dessa empresa marcou, permanentemente, não só a economia, como todos os demais aspectos da vida social da cidade, consolidando, assim, um dos maiores elementos constituintes da memória coletiva dos são-joanenses. A prosperidade experimentada no auge das atividades dessa companhia proporcionou a São João o tradicional apelido de “Cidade Garbosa”.

Dessa forma, portanto, depois de vários anos de planos, investimentos, estudos, trabalho árduo e tentativas frustradas (felizmente para os são-joanenses) de desvios, finalmente a ferrovia chegava a São João Nepomuceno. E assim foi como se, por um verdadeiro milagre, nossa pacata e então atrasada localidade, que vivia como se fosse um vilarejo dos tempos coloniais, fosse, de súbito, atirada ao mundo da modernidade de então, já quase entrando no século 20. Isso, por sua vez, exerceria um impacto imediato e profundo sobre a própria história são-joanense. Em 1895, inaugura-se a Fábrica de Tecidos Sarmiento, que, com o tempo, passaria a ser o centro gravitacional de toda a economia do município. Porém a fábrica não serviu apenas para gerar divisas e pagar os salários de grande parte dos são-joanenses. Ela agiu também como um poderoso mecanismo de

transformação social e econômica, pelo qual novos tipos de relações e costumes passaram a existir e a se consolidar em nossa cidade (SJNIHISTORIA, 2017, p.1).

Desde o último quarto do século XIX o território testemunha, portanto, um deslocamento também de sua população rural ao meio urbano, provocado pelo descolamento desse contingente das suas relações tradicionais de trabalho, aderindo quase que compulsoriamente às relações modernas no meio fabril, instalado poucos anos após o início da atividade ferroviária. Essas transformações na economia e no tecido social condicionaram um processo de dilatação progressiva do tecido urbano, sobretudo em meados do século XX.

Embora a principal atividade da empresa se concentrasse na produção têxtil, outras empresas subsidiárias e pertencentes à família Sarmento incrementavam a pauta de produtos, em sua maioria bens de consumo não-duráveis, como couros, calçados, meias, gelo, manteiga, além de uma atividade comercial e de negócios (COSTA, 2016). Desse modo, as indústrias dos Sarmento serviam como um ímã para a atração de uma grande diversidade de atividades ligadas ao setor de serviços, constituindo assim um motor para um progressivo aumento do contingente de força de trabalho ao longo das décadas.

O período mais significativo da expansão da atividade industrial da CFTS se deu ao longo da década de 1940, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que a atividade industrial europeia se encontrava estagnada, gerando, portanto, um aumento significativo na demanda por têxteis por parte desse continente. Esse contexto especial exigia um aumento da produção têxtil no resto do mundo, o que favorecia, naturalmente, a pequena cidade mineira. Esse período ficou conhecido como o auge da empresa, sendo, portanto, de grande prosperidade para a cidade, e durou até o início dos anos 1960, quando a indústria têxtil europeia estava novamente reestruturada, fechando assim a janela de oportunidade aberta pela guerra (COSTA, 2016).

Figura 5 – A Cia. Fiação e Tecidos Sarmento



Fonte: Acervo pessoal.

A década de 1960 marca um período de profunda instabilidade na empresa, gerada por uma série de fatores, tais como a crise econômica nacional, gerada pelo aumento do custo da reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003), a já mencionada diminuição na demanda mundial por têxteis, o aumento da concorrência estrangeira, sobretudo asiática e defasagem de equipamento. Essa instabilidade foi marcada também por frequentes mudanças na direção, além de esforços do sindicato e da política local em mitigar as dívidas da empresa, aliviando a situação do contingente de trabalhadores. Esses esforços não tiveram o sucesso esperado, não conseguindo evitar o processo de declínio que começou em um pedido de concordata em 1963 até a decretação de falência em 1971. Há, por um período de dois anos, alguma atividade residual em caráter excepcional, realizada pelo comando do sindicato, até a venda na massa falida no ano de 1973 (COSTA, 2016).

Esse ano marca a retomada das atividades de produção, sob uma nova liderança e com o nome de Fábrica Santa Martha. A década de 1960, além de ter ficado conhecida como uma década de dificuldades para a população são-joanense, testemunhou, por outro lado, o início do processo de diversificação de sua economia, que foi marcado pela manutenção da mentalidade industrial adquirida ao longo dos anos de prosperidade da indústria têxtil local. Enquanto a CFTS dispensava parte de sua força de trabalho durante a crise, esse mesmo contingente era absorvido pela Marlu³, empresa pioneira da produção de vestuário na cidade, que estabeleceu as bases para uma nova vocação que permanece até os dias de hoje.

³ Confecções Marlu Ltda., aberta em 1969. CNPJ 24.799.857/0001-09.

A atividade industrial da CFTS, e, posteriormente, da Santa Martha, estava concentrada basicamente em uma única e grande instalação que acompanha a linha férrea e está localizada no meio do tecido urbano, mas, com a transição para essa nova economia de confecções, parte da força de trabalho deixa o setor têxtil e uma porção dessa mão-de-obra é canalizada para um ascendente setor de vestuário. A produção diversificada e descentralizada de vestuário passou a ser a base de sua economia até os dias de hoje. O aquecimento da economia e do comércio de roupas atrai novas parcelas de trabalhadores, o que produziu uma nova rodada de bairros incorporados nesse período para alocar a força de trabalho das novas confecções, e, dessa forma, a cidade presenciou também um aumento significativo do setor imobiliário e de serviços, sendo este último ligado também à tradição sedimentada do vestuário. Seguindo a lógica de que, para toda ampliação da produção há uma ampliação também da reprodução, nessa última decisiva para expansão do tecido urbano, São João Nepomuceno testemunhou, portanto, dois momentos principais de expansão: um primeiro ligado ao auge da CFTS e um segundo ligado à atividade das confecções e fábricas.

Figura 6 – Localização da fábrica em relação ao centro



Fonte: Elaboração própria.

MEIOS DE PRODUÇÃO, SEGREGAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SOB A ÓTICA ESPACIAL

Ao longo do século XX, São João Nepomuceno se consolidou como uma cidade de perfil industrial têxtil, com grande expansão de sua produção decorrida de fatores conjunturais da economia mundial, como a demanda europeia por tecido durante os anos de guerra e pós-guerra, uma vez que a produção interna deste continente se encontrava desestruturada. Assim como seu auge, o seu período de crise e baixo volume de produção também decorreu de fatores externos, como o início de uma concorrência na produção de tecidos vinda do continente asiático a partir dos anos 1960 (COSTA, 2016). A partir dessa mesma década, como se viu, inicia-se uma transferência de vocação no setor da produção, passando de uma proeminência do têxtil para o vestuário e toda a atividade correlata. As duas produções se desenvolvem paralelamente durante as décadas de 1970 e 1980, até que, a partir de 1990, a atividade principal do município se torna, definitivamente, a atividade da produção de roupas. Tanto pela contribuição da atividade têxtil quanto do vestuário, o que se confirmou ao longo da história foi, de fato, uma vocação industrial como base econômica primordial. Conforme os números mais recentes da economia do município, o setor industrial corresponde a cerca de 20,8% de seu produto interno bruto, seis vezes o total produzido pelo setor agropecuário, que abrange 3,3% do PIB⁴. Pelo cadastro de 2018⁵, do total de empresas atuantes no município, 18,5% correspondem a empresas do ramo de produção de vestuário⁶. A partir desses dados, pode-se concluir que o setor industrial, com abrangência de seu principal ramo, a produção de roupas, compõe um quinto do total da economia da cidade, tanto pela participação no PIB quanto pelo número das empresas atuantes. É importante, portanto, esclarecer as mudanças recentes pelas quais passou a produção do vestuário e quais circunstâncias econômicas levaram a essa mudança.

Assim como diversos ramos da economia mundial, a indústria de roupas testemunhou, nas últimas duas décadas do século XX, um cenário marcado pela flexibilização da produção, visando a redução de custos das grandes empresas do setor têxtil e do vestuário (BAHR, 2012). Esse contexto levou a um fenômeno de expansão e diversificação de modalidades empresariais, com o objetivo de se adaptar ao novo momento econômico imposto. O motor de todo esse processo está naquilo que pode ser visto como uma nova fase do desafio enfrentado pela antiga CFIS décadas antes: um aumento da participação de países asiáticos como China, Índia, Taiwan e Coreia do Sul

⁴ IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

⁵ IBGE, Cadastro Central de Empresas 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

⁶ Número de confecções e fábricas do ramo do vestuário fornecido pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário de São João Nepomuceno.

no mercado internacional já nos anos 1980, que foi seguido pela inevitável transformação nos processos de produção e nas relações de trabalho nos anos 1990, como uma forma de adaptação a um cenário muito mais competitivo desse ramo da economia (PIAUI, 2017). Ocorre, dessa forma, um fenômeno de segmentação do processo produtivo do vestuário que gera, por outro lado, uma diluição desse processo em unidades menores de produção pela via da subcontratação (BAHR, 2012). Surge assim um tipo específico de empresa do ramo do vestuário, a chamada *facção*, que, embora seja chamada por esse único nome, pode ser composta por uma infinita variedade de modalidades e tipos diversos de prestação de serviço. O termo “*facção*”, portanto, pode ser visto como um conceito abrangente, mas que guarda sempre um conjunto rígido de características. É sempre um micro estabelecimento subcontratado, de trabalho geralmente domiciliar, que funciona como elo entre o trabalho da costura e as empresas maiores que realizam a encomenda (MARTINELLI, 2017).

Nos dias atuais, o fenômeno da *facção* possui grande abrangência no setor da fabricação de roupas, tanto no caso de São João como dos demais lugares cuja essência econômica é esse tipo de produção. Por essa razão, a produção por *facção* contém em si os diversos processos que caracterizam tanto o *dever* trabalho quanto o *dever*⁷ renda. Nela está embutida a questão da precarização do trabalho e informalidade, uma vez que a existência da *facção* está relacionada ao enxugamento e a redução de pessoal das grandes confecções, o que contribui para que esse modelo de trabalho e produção se torne a ponta mais frágil da cadeia produtiva, ligada às etapas de montagem e acabamento, numa rede heterogênea e fragmentada de trabalhadores domiciliares (NUNES, 2006), na maioria das vezes sob a categoria de prestadoras de serviços ou de microempresas individuais (MEI's)⁸ (MARTINELLI, 2017). A partir desse ponto de vista, pode-se acrescentar que essas novas modalidades de produção e de relação de trabalho, além de alterarem significativamente a estrutura em si da produção, aprofundam, por outro lado, o dilema das formas de exploração do trabalho e as condições sob as quais o trabalhador se encontra (MARTINELLI, 2017), uma vez que está fortemente contida nesse contexto a questão do trabalho domiciliar somado a uma baixa remuneração e a uma estrutura de divisão do trabalho fortemente marcada pela ótica das relações de gênero (NUNES, 2006).

Em São João Nepomuceno, o fenômeno da *facção* acompanha a tendência que ocorreu no Brasil e provavelmente em outros lugares do mundo. Como mencionado anteriormente, se trata

⁷ A expressão “*dever*” é um termo filosófico que designa as mudanças pelas quais passa determinado aspecto da economia ou da sociedade, no caso, a renda e o trabalho.

⁸ Lei complementar 123 de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Passou a designar as MEI's a partir da alteração feita pela Lei complementar 126 de 2008.

de mais uma adaptação para a sobrevivência da economia local, assim como havia sido a própria introdução e incentivo da indústria do vestuário em si, que transformou os espólios da indústria têxtil local em uma rede consistente de fábricas de roupas e afins, até que se viu a economia da cidade já totalmente reformulada e envolvida por esse novo ramo da indústria. Nos dias atuais, entretanto, as facções compõem uma porção tão importante do vestuário na cidade quanto a das confecções. Atuam, na cidade, cerca de 70 confecções e mais de 100 facções em situação regularizada, com aproximadamente 8500 trabalhadores formais e informais⁹. Ambas as modalidades formam, desse modo, uma rede abrangente e diversificada de locais de produção, principais componentes espaciais que movimentam a cadeia de fabricação de vestuário, composta primordialmente pelas etapas de idealização, preparação, montagem e acabamento. As facções, de modo geral, estão ligadas primordialmente às duas etapas finais, constituindo assim os setores intermediários ou finais da cadeia (NUNES, 2006). Esse fato se torna importante uma vez que o nível da complexidade e a abrangência das etapas, somado à logística da produção, armazenamento e transporte influem diretamente no tipo de conformação espacial dos locais de produção.

Por se tratar de empresas pioneiras e mais consolidadas, que abarcam mais etapas do processo de fabricação e funcionam numa configuração tipicamente taylorista de produção¹⁰ (LIPIETZ, 1988), as confecções, assim como a antiga CFIS do ramo têxtil, tendem a possuir uma estrutura centralizada e tradicional dos galpões de fábrica, de modo a setorizar as etapas da produção num único ambiente. Permaneceu similar aos processos industriais difundidos no início do século XX, sem ter experimentado, até as últimas décadas, a fragmentação das cadeias de produção presenciada em outros ramos da indústria. A partir desse raciocínio, pode-se entender, no caso de São João, a configuração espacial centralizada dos meios de produção da indústria têxtil e de calçados, durante os tempos da CFIS, e, posteriormente, das confecções, que tenderam a se concentrar em uma região específica a norte dos pioneiros galpões de produção da Companhia Sarmiento e também nas suas proximidades, numa região que veio a se consolidar nas últimas décadas como Distrito Industrial, mediante indução do poder público, no chamado núcleo Ferreira Alves.

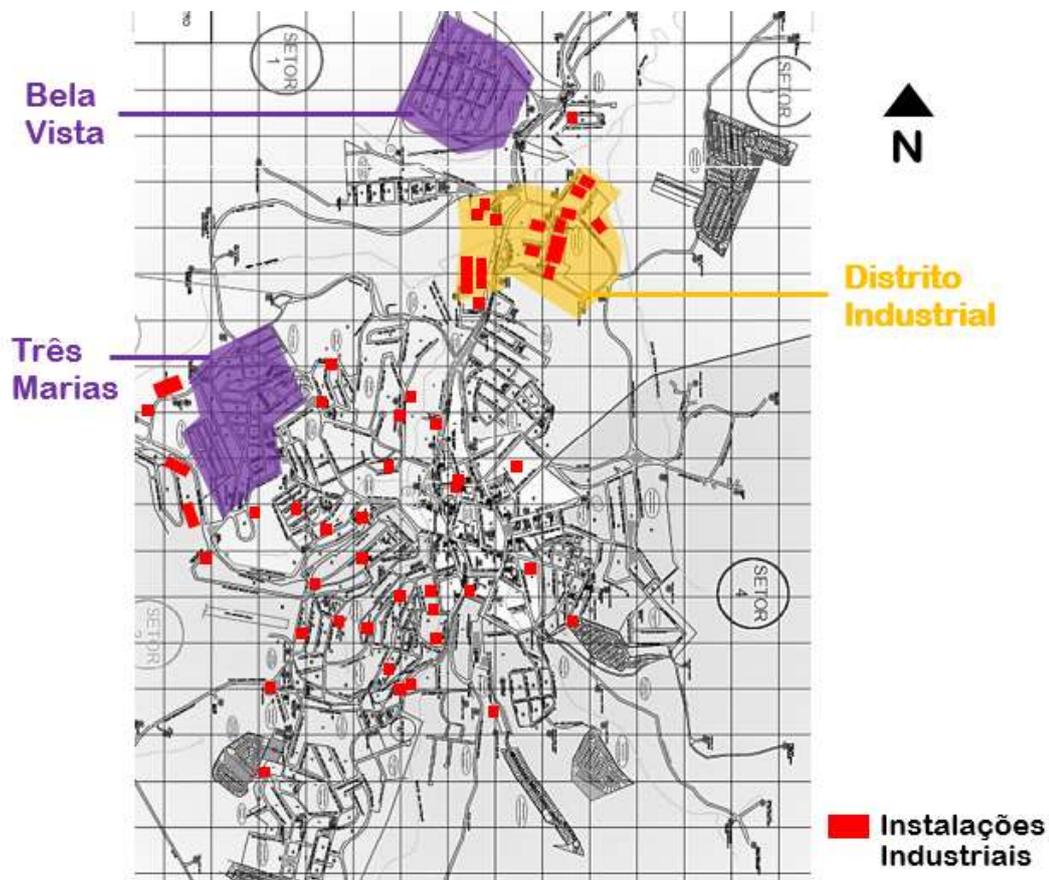
Embora haja tal concentração de confecções em um ponto específico, boa parte dos espaços destinados aos meios de produção das confecções escapa à lógica tradicional do galpão de fábrica, frequentemente em edificações menores e readaptadas para tal atividade. Esses espaços

⁹ Números do Sindicato das Indústrias do Vestuário de São João Nepomuceno.

¹⁰ Taylorismo é um termo dado à forma de organização da produção industrial surgido no final do século XIX e consolidado ao longo da primeira metade do século XX, caracterizado pelo fracionamento, divisão de funções e especialização dos trabalhadores nas linhas de montagem (LIPIETZ, 1988).

estão situados de forma mais ou menos dispersa no território urbano, muitas vezes em bairros residenciais e situados em terrenos que não são destinados especificamente para a atividade industrial. Esse movimento de desconcentração é uma tendência que responde à fragmentação e pluralidade de empresas de caráter pequeno e médio que compõem o panorama industrial da cidade. Uma vez verificada essa tendência de desconcentração da atividade industrial do vestuário, é necessário observar, sobretudo, que essa expansão dos espaços de produção de forma fragmentada no território ocorre primordialmente para a cidade central e para a direção oeste da linha do córrego e da antiga linha férrea, exatamente aquela onde predominam os espaços para reprodução da força de trabalho de baixa renda e conjuntos habitacionais populares. Indústrias de outros produtos além do vestuário, como café e leite, quando não foram para o bairro industrial, também se estabeleceram a oeste. Pode-se entender esse movimento pela lógica da economia de aglomeração, de modo que essas localizações permitem uma redução dos custos de deslocamento da força de trabalho entre a casa e o local de trabalho, além do menor custo na aquisição da terra para implantação de tais espaços de produção. O Distrito Industrial, situado num território tampão entre os bairros ao norte da malha urbana e a cidade central, também se encontra em posição de fácil acesso pelos grandes redutos da classe trabalhadora: o Bela Vista, ao norte, e o Três Marias, o grande bairro popular a oeste, conectado às indústrias pelo anel rodoviário que atende todo o setor oeste e liga os principais acessos da cidade.

Figura 7 – Localização das instalações industriais



Fonte: Prefeitura municipal de São João Nepomuceno.

Figura 8 – Edifício adaptado para confecção de bairro



Fonte: Google Street View, 2019.

As facções, pequenas empresas individuais de caráter doméstico e responsáveis por serviços específicos na cadeia de produção do vestuário, constituem um passo adiante no processo de

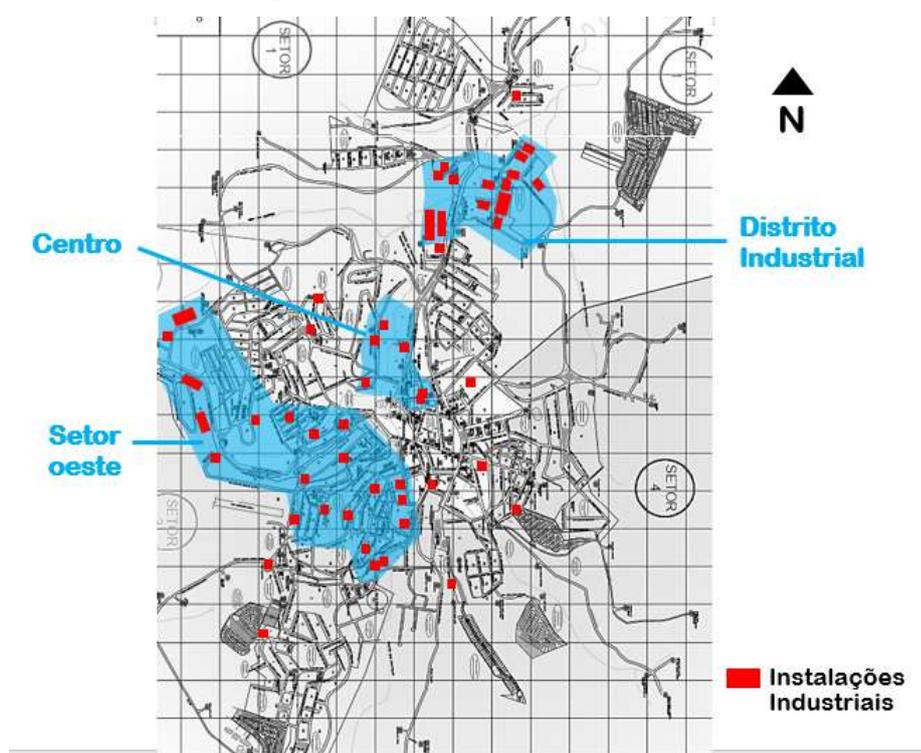
descentralização da atividade industrial que se seguiu ao longo dos anos de consolidação da atividade de produção de roupas. Um fenômeno decorrente de transformações econômicas e sociais que tem também seu reflexo no território urbano. Das confecções de bairro em pequenas edificações adaptadas, a diversificação nas modalidades dos espaços da indústria alcança aqui a esfera das unidades domiciliares, onde a casa, o espaço primordial da reprodução, se torna agora uma pequena unidade de produção. Da mesma forma que o processo anteriormente descrito, esse fenômeno das “fabricas domésticas” se expande com força nas regiões habitadas pelas camadas tradicionalmente de baixa renda, a faixa que vai dos primeiros perfazendo o percurso de expansão do vetor oeste.

O movimento de descentralização da atividade produtiva do vestuário, que começa na concentração das grandes confecções no distrito industrial e na rede de confecções menores no centro da cidade, passa pelas instalações nos bairros de baixa renda até chegar nas unidades domésticas de costura e acabamento, reflete espacialmente a complexa fragmentação pela qual passou o setor desde os anos 1990. Esse fenômeno pode ser descrito fisicamente como uma pulverização dos meios de produção em direção aos espaços de reprodução da classe trabalhadora, o que diz muito sobre a relação da desconcentração industrial com a própria base de sustentação da atividade. A realização das atividades de montagem e acabamento sem sair de casa ou mesmo perto de casa indica um movimento de redução de custo de deslocamento a ser pago pelas grandes empresas e também redução do quadro de funcionários, de modo que cada trabalhador passa a ser um empresário, que se relaciona com as contratantes maiores por meio de vínculos mais flexíveis. Essa redução de custos do empresário maior se faz, entretanto, pela transferência de custo de material e maquinário para essas unidades menores, somado à flexibilização das responsabilidades fiscais e trabalhistas (BAHR, 2012). A decorrente miscigenação entre o que é produção e o que é reprodução revela uma nova face das formas de exploração e precarização do trabalho (MARTINELLI, 2017) e quão híbrida e fragmentada se tornou a atividade industrial nesse ramo, bem como o impacto social em uma cidade cuja base econômica principal é essa.

Especialmente, portanto, a rede de indústrias está implantada em três setores distintos, com variações entre si em relação às modalidades e a forma como se manifesta em cada território: na região central da cidade e ao redor da antiga fábrica de tecidos, compartilhando esse espaço com atividades comerciais, residenciais e de serviços; no distrito industrial, ao norte da malha urbana, com terrenos destinados a abrigar as atividades industriais mais consolidadas e de maior porte; nos setores a oeste da cidade de várias formas, tanto próximos à região central e ao leito da antiga linha férrea, como à margem das principais vias de acesso à cidade ou ainda pulverizado difusamente

nos territórios dos bairros a oeste, na forma de confecções e facções instaladas em pequenos locais ou residências.

Figura 9 – Os três setores industriais

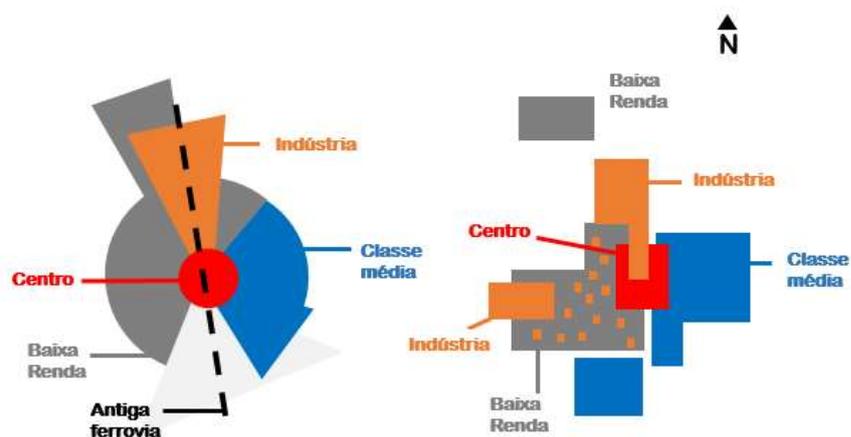


Fonte: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.

A região concentradora da atividade industrial, por ser a razão da existência da cidade no entendimento de sua economia moderna, tem induzido, desde o início, um tipo específico de distribuição dos grupos e das atividades de modo geral. Conforme já evidenciado, a atividade industrial pioneira do setor têxtil e outras indústrias como a calçadista, ao terem se instalado ao redor da linha férrea e próxima ao centro, serviram como um marco divisório das classes que se desenvolveram em direções opostas, tendo se consolidado os setores oeste e norte como redutos da classe trabalhadora, numa dinâmica que encontra ressonância no desenho de Hoyt. Com a expansão da atividade industrial do município, à medida que se tornava mais complexa e diversificada essa mesma atividade, mais fragmentada ela se apresentava espacialmente, com movimentos de expansão por concentração, como é o caso do distrito industrial, ou por desconcentração e pulverização, como é o caso da atividade das confecções e facções nos bairros. Além disso, outras indústrias fora do circuito da moda e do vestuário, ligadas ao setor de alimentos,

também se instalaram a oeste, confirmando um processo de expansão bastante complexo e fragmentado. A partir desse raciocínio, esse movimento da atividade industrial pode ser entendido como um processo de evolução para uma implantação em vários núcleos diversos, em contraponto à estrutura monosetorizada dos tempos da CFTS. Embora não se trate de uma metrópole ou grande cidade e embora esse fenômeno da desconcentração não tenha ocorrido da mesma forma em relação à atividade comercial, a dinâmica adquirida pelos espaços de produção se encaixa de maneira adequada ao desenho de Harris & Ullman. Esse modelo é adaptado para as circunstâncias de uma economia mais complexa, que induziu a dinâmica espacial para um esquema mais setorizado e com mais núcleos, reforçando, como no caso em questão, o diálogo entre os núcleos de produção industrial e os setores de reprodução das classes de baixa renda.

Figura 10 – Esquemas de Hoyt (esquerda) e H. & Ullman (direita) para São João



Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal escopo deste trabalho constituiu em revelar como, sob a ótica da produção do espaço urbano, se manifestam os fenômenos ligados às mudanças recentes no mundo do trabalho, tais como a precarização e a flexibilização de suas relações e modalidades. Com o advento da economia do vestuário, as circunstâncias econômicas de competição levaram ao agravamento da precarização e segmentação das atividades ligadas à indústria, o que caracterizou uma nova rodada no processo de segregação, vista no condicionamento dos espaços de moradia como híbridos, lugares de existência compartilhados com o trabalho informal. Essa pulverização da atividade

industrial foi acompanhada pela dinâmica imobiliária, que funcionou como um novo motor de expansão urbana e, ao mesmo tempo, de adensamento das atividades na região central.

A investigação aprofundada do contexto urbano dessa cidade permite também analisá-la sob o ponto de vista de sua identidade como uma cidade brasileira, que, portanto, compartilha atributos com contextos urbanos, maiores ou de igual porte, que estão inseridos em uma lógica econômica similar, característica da periferia do capitalismo, onde o regime de acumulação de tal modo de produção se implantou pela metade ou não se implantou (LIPIETZ, 1988). O conceito de periferia está ligado ao momento tardio em que a modernidade, tanto sob o ponto de vista do modo de produção como das relações de trabalho, se instala em uma determinada sociedade antes pré-moderna, como uma colônia (OLIVEIRA, 2003). No caso de São João, essa implantação se deu no final do século XIX, inaugurando relações salariais modernas que viabilizaram a produção têxtil local. Embora tenha sido de grande relevância para a sociedade em questão, essa modernidade se implantou de forma parcial, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas não acompanha o volume da força de trabalho desenraizada dos contextos pré-modernos imediatos, o que contribui para a constituição de um excesso de mão-de-obra e a manutenção de baixos salários (SINGER, 1987). Embora haja esse componente do desnível entre volume da força de trabalho descolada e as forças produtivas locais, sempre houve o esforço, por parte da própria companhia Sarmiento e do Estado, de alocar a força de trabalho em bairros destinados a ela.

O que havia em São João era uma espécie de pleno emprego a baixos salários, que experimentou uma estabilidade saudável durante a época de ouro da fábrica de tecidos, entre 1940 e 1960. Essa diferença entre oferta e demanda de capital humano para a indústria se desenvolveu, em grande medida, a partir da crise da CFIS, em 1960, e se agravou com o início da concorrência asiática, tanto nos têxteis quanto no vestuário. Ainda que a economia local tenha se adaptado para uma nova base econômica, calcada na produção de roupas, o destino foi a inevitável flexibilização nas relações de produção, procurando manter distante a ameaça de derrocada da indústria local que caracterizou a década de 1980, devido à competição dos produtos asiáticos (DAVIS, 2006). Como resultado, o advento do trabalho informal aproveitou o grande volume de força de trabalho que se constituiu novamente a partir dos anos 1980. O padrão desses bairros é um padrão de desemprego geral escamoteado pela atividade informal. A produção desse tipo de território urbano, em contraste com os novos loteamentos e condomínios das classes médias, é típica de uma economia periférica, cuja reprodução do capital se dá em virtude do rebaixamento dos salários (OLIVEIRA, 2003), informalidade dos grandes contingentes de força de trabalho desempregada e socialização das desvantagens da aglomeração (SINGER, 1987). Tendo grande importância para tal

comunidade, esse processo econômico e social das mudanças no mundo do trabalho, manifestado, conforme exposto, por meio de inúmeros aspectos, permanece ainda em curso na atualidade, e torná-lo disponível para os potenciais interessados foi o maior objetivo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAHR, Otto Guilherme. **Os dilemas da subcontratação. Os limites da “redução de custos” das grandes empresas do complexo têxtil-vestuário.** SENAI-SC. Blumenau, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Stéffano Muniz Figueiredo. **A crise da "Companhia Fiação e Tecidos Sarmento": memórias e narrativas operárias (São João Nepomuceno/MG, 1960-1971).** Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago.** Campinas: Papirus, 1995.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** Boitempo: São Paulo, 2006.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano.** São Paulo: EDUSP, 1985.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas, 1995.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo.** São Paulo: Nobel, 1988.

MARTINELLI, Samanta Elisa. **As costureiras do MEI: uma análise do trabalho subcontratado das facções do polo regional de confecções de Maringá-PR.** 2017.

NUNES, Jordão Horta. **Precarização, trabalho doméstico e trabalho domiciliar no setor de confecções em Goiânia.** 30º Encontro Anual da ANPOCS – 24 a 28 de outubro de 2006 GT26 - Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 1998.